

PESQUISA JURISPRUDENCIAL NOS TRIBUNAIS DO BRASIL ACERCA DE GUARDA/VISITA DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

Débora Fernandes Pessoa Madeira¹

TRIBUNAL	Palavras-chave	Quantidade de casos	Decisão
TJMG	guarda E “covid-19”	0	_____
TJSP		31	Nenhum caso refere-se à Covid-19, apenas à guarda.
TJRJ		0	-----
TJES		0	-----
TJSC		0	-----
TJRS		2 (em ambos houve manutenção da convivência familiar).	<p>AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, ALIMENTOS E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. PEDIDO DE DEFERIMENTO DO CONVÍVIO DA CRIANÇA COM A MÃE PARA O PERÍODO <i>COVID-19</i>, NA RESIDÊNCIA DA AVÓ MATERNA. DESCABIMENTO. VISITAÇÃO MATERNA. CABÍVEL. Descabe o pedido de deferimento do convívio da criança com a mãe, na residência da avó materna, para o período da Pandemia <i>COVID-19</i>, uma vez que a <i>guarda</i> é mantida pelo genitor, mormente porque a agravante teria informado que ficaria até a Páscoa na cidade de POA, ainda que informe suspensão de suas atividades no período da Pandemia. Contudo, a fim de preservar a necessária convivência entre mãe e a filha, deve ser regularizada a visitação materna. Cabível a pretensão de visitação, não obstante o evento COVID 19, uma vez que a mãe certamente empreenderá todos cuidados que a etiqueta médica recomenda para preservar a saúde da criança. Devida a adequada convivência da mãe e filha, de forma pessoal e não somente virtual</p>

¹ Professora de Direito Civil da Universidade Federal de Viçosa. deboramadeira@ufv.br

			<p>para o período do <i>COVID-19</i>, já que a mãe permanecerá neste período na cidade de residência da criança. Precedentes do TJRS. Agravo de instrumento parcialmente provido.(Agravo de Instrumento, Nº 70084139260, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em: 15-04-2020)</p> <p>AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, CUMULADA COM GUARDA, ALIMENTOS E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VISITAÇÃO PATERNA. MANUTENÇÃO. SUSPENSÃO INDEVIDA. A fim de preservar a necessária convivência entre pai e filho, deve ser mantida a regulamentação da visitação paterna, nos moldes estipulados em audiência. Descabida a pretensão de suspensão da visitação diante do evento COVID-19, uma vez que ausente comprovação de que as visitas do pai importariam risco à saúde e ao bem-estar da criança, presumindo-se que empreenderá todos cuidados necessários para a respectiva preservação. Manutenção da adequada convivência do pai com o filho menor. Precedentes do TJRS. Agravo de instrumento desprovido.(Agravo de Instrumento, Nº 70084132430, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em: 08-04-2020)</p>
TJPR		16 acórdãos	Dentre eles, 8 não tinha pertinência temática e, quanto aos demais, não foi possível o acesso por força do segredo de justiça (o acesso depende de autorização, não obtida nessa pesquisa)
TJDFT		1	Não há pertinência temática.
TJMS		6	Nenhum guarda relação com o tema.
TJMT		0	-----
TJGO		2	Nenhum guarda relação com o tema.
TJAC		1	Nenhum guarda relação com o tema.
TJAM		0	-----
TJAP		0	-----

TJBA		24	Nenhum guarda relação com o tema.
TJCE		2	Nenhum guarda relação com o tema.
TJMA		2	Nenhum guarda relação com o tema.
TJPA		0	-----
TJPB		0	-----
TJPE		0	-----
TJPI		0	
TJRN		0	
TJRO		0	
TJRR		1	Nenhum guarda relação com o tema.
TJSE		0	